

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

WESLEY VALENTIM ANACLETO DA SILVA

**Do arcaico ao moderno: contribuição ao debate sobre o  
subdesenvolvimento a partir da Teoria Marxista da  
Dependência e do pensamento trotskista**

São Paulo  
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

WESLEY VALENTIM ANACLETO DA SILVA

**Do arcaico ao moderno: contribuição ao debate sobre  
subdesenvolvimento a partir da Teoria Marxista da  
Dependência e do pensamento trotskista**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Geografia da Universidade de São Paulo para  
a obtenção do título de Bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo  
2022

## RESUMO

Este texto tem como objetivo contribuir com o debate centro-periferia do capitalismo, a partir da discussão sobre subdesenvolvimento e atraso econômico. Para isso foram utilizadas as discussões de autores da Teoria da Dependência, em especial André Gunder Frank, da fração marxista da escola dependentista; e do intelectual russo Leon Trotsky, a partir de sua crítica à política stalinista da URSS e ao burocratismo da III Internacional Comunista. O caráter simultâneo da produção da desigualdade territorial é o elo entre as duas correntes do pensamento – já que conseguem enxergar no movimento do real a coexistência de formas sociais “atrasadas” e “avançadas” – ao passo que serão apontadas diferenças qualitativas nos apontamentos dos dois autores, dado o contexto em que cada um escreveu suas obras e quais expectativas tinham com o debate que propuseram à sociedade e aos cientistas.

**Palavras-chave:** centro-periferia; desenvolvimento desigual; Teoria Marxista da Dependência; subdesenvolvimento; América Latina.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Anselmo Alfredo pelos anos me acompanhando no desenrolar desta pesquisa, pelas recomendações de bibliografia e por ter me apresentado a Teoria da Dependência. Em seguida, agradecer a Ana Sylvia Maris Ribeiro e ao Rinaldo Gomes Pinho por toparem participar da banca e pelos momentos que compartilhamos no Grupo de Estudos d'O Capital do LABUR.

Agradeço também as “*marx-sisters*”: Lucas Ribeiro, Maria Clara Cardoso e Lucas Cecin pelas discussões sobre o marxismo e pela conversa jogada fora no chá da tarde. Agradecimento especial a Giulia, Chico e Eloisa pelo incentivo nos momentos difíceis e ao meu companheiro Julio César pela paciência em revisar o texto e mediar o estresse dos últimos dias de elaboração da monografia.

Também sou muito agradecido e dedico esse trabalho à minha família, em particular a minha mãe, Ana Paula, minhas irmãs Camila e Heloisa e a minha avó Angelita por sempre incentivarem a minha caminhada na universidade e na pesquisa.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

IC – Internacional Comunista

LABUR – Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo

PC – Partido Comunista

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	7
1 – História territorial do capitalismo e crise da geografia .....	9
1.1 – Do particular ao geral: simultaneidade e negação da ontologia.....	9
1.2 – Crise da geografia e crise capitalista: algumas considerações.....	12
2 – A CEPAL e a Teoria Marxista da Dependência.....	15
2.1 – ONU e o pressuposto da acumulação na Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	15
2.2 – Origens dos estudos sobre a dependência e o caso latino-americano .....	17
2.3 – Conceito de atraso e subdesenvolvimento na obra de André Gunder Frank .....	20
3 – Teoria do desenvolvimento desigual e combinado: uma alternativa revolucionária .....	26
3.1 – A construção histórica do trotskismo e o racha da III Internacional Comunista.....	26
3.2 – Etapismo e desenvolvimento linear: construção da nação na obra de Stalin.....	28
3.3 – O Programa de Transição e as pautas transitórias.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

*Traga voz para a cabeça,  
a cabeça para o corpo,  
o corpo para o pescoço  
põe o pé no chão  
e vamos dançar.  
Com o pé no chão*

*Linn da Quebrada, pense & dance*

## INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado de um processo investigativo que iniciou em 2018, a partir das discussões sobre crise e história territorial do capitalismo na periferia, desenvolvidas nas disciplinas Geografia Econômica II e Geografia do Estado de São Paulo, ministradas pelo professor Anselmo Alfredo que também foi o orientador desta pesquisa no decorrer de todos estes anos.

O tema surgiu da tentativa de questionar minhas próprias ideologias, colocar a prova o que acreditava, já que na época era militante de uma organização trotskista e estava entrando em contato com as publicações de Leon Trotsky e Vladimir Lenin, nomes importantes no que se desenvolveria como prática revolucionária na Europa Oriental no início do século XX. Veio também da inquietação sobre o debate acerca dos conceitos “atraso” e “subdesenvolvimento” deflagrados pelas organizações de esquerda no Brasil, acreditando que essas interpretações mudam completamente os rumos da política brasileira.

A partir desta curiosidade, surgiu a ideia de fazer uma leitura dos autores que eu gostaria de aprofundar os estudos – Josef Stalin e Leon Trotsky – mediante a comparação dos seus conceitos com os dos teóricos da Teoria da Dependência, em especial André Gunder Frank, designado por alguns autores como expoente da fração marxista desta corrente do pensamento. As contribuições dos teóricos da dependência serviram de base para muitas políticas públicas nos países ditos subdesenvolvidos, pois apresentaram uma interpretação não eurocentrada dos processos de expansão e modernização do capitalismo na periferia, botando no centro da discussão a situação de desenvolvimento desigual e combinado dos processos econômicos capitalistas, superando o que se tinha como pressupostos enraizados na ciência que se desenvolvia na época. Além, é claro, do fato de que alguns dos nomes ligados à corrente do pensamento, terem se tornado líderes de estado ou ministros em países latino-americanos, como o caso de Fernando Henrique Cardoso. Vale ressaltar também que, no decorrer dos acontecimentos históricos, o que se identifica aqui como contribuição da fração marxista da dependência foi frequentemente comparada às contribuições de Trotsky sobre o desenvolvimento dependente e simultâneo.

A partir disto, organizei o texto em três partes:

Um primeiro momento em que discutirei a ideia de modernidade que separa sujeito e objeto, fragmenta a ciência em áreas do conhecimento sem nenhuma ou



pouca ligação umas com as outras, sendo esta a forma de consciência típica do capitalismo, que aproxima valor e preço como tentativa de esconder o que realmente compõe as mercadorias: o trabalho humano materializado nelas. Nesse momento, mobilizarei argumentos presentes em algumas obras de Bruno Latour, Ernest Mandel, Carlos Walter e Antônio Carlos Robert Moraes, principalmente.

Em seguida, no segundo momento, apresento uma interpretação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pela ONU como parte do processo de pacificação das lutas sociais resultantes das duas grandes guerras imperialistas (conhecidas comumente como Primeira e Segunda Guerra Mundial). Entendo o processo de pacificação como constitutivo de um novo tipo de consciência coletiva, reiterada pelas contribuições de teóricos advindos da CEPAL – que reuniram esforços para interpretar a periferia do sistema capitalista a partir de uma ótica em que periferia é o centro das relações produtivas, num processo de codependência entre centro e periferia do capital mundial, em que a periferia sustentaria a acumulação do centro. Aqui apresento a Teoria da Dependência como desenvolvimento lógico do estruturalismo da CEPAL e em seguida identifico uma fração marxista da teoria, conhecida como Teoria Marxista da Dependência e faço uma leitura sistemática de parte da obra de André Gunder Frank, entendendo sua colaboração teórica paralelamente ao que se desenvolvia como trotskismo na América Latina.

Depois, no terceiro momento, faço uma interpretação de algumas obras de Leon Trotsky e Josef Stalin, compreendendo a construção do pensamento trotskista como oposição ao que viria a se chamar stalinismo. O que se apresenta aqui como trotskismo, nada mais é do que o movimento do pensamento intelectual resultante da oposição ao regime stalinista da URSS após a morte de Lênin. Este movimento foi desenvolvido, principalmente, fora da União Soviética, dada a situação da oposição ao regime dentro dos limites do Partido Comunista e da URSS e a comum investida contra toda forma de pensamento que questionasse o burocratismo do Estado soviético.

Deste modo, apresentarei no texto um percurso lógico em que a crise da expansão capitalista na periferia é a materialização da contradição fundamental do capitalismo, nas palavras de Mandel (1981) “a contradição entre a tendência à socialização progressiva da produção e a manutenção da apropriação privada”.

## 1 – História territorial do capitalismo e crise da geografia

### 1.1 – Do particular ao geral: simultaneidade e negação da ontologia

A história do capitalismo é nada mais do que a propagação, em escala planetária, de relações sociais advindas da história territorial e social da Europa Ocidental. Para Moraes (2011) é um processo contraditório que tem por objetivo a destruição de modos pré-capitalistas de produção das mercadorias, mas que não consegue efetivar-se desta forma na realidade, fagocitando e incorporando alguns desses modelos para conseguir se estabelecer. Nesse sentido, é possível afirmar que a expansão capitalista não se dá de maneira homogênea em todo o mundo, mas se aproveita das particularidades espaciais de cada localidade para reproduzir o capital em novos territórios, criando assim diferenciação espacial<sup>1</sup> entre eles.

O capital cria a diferenciação espacial a partir das suas necessidades, isto é, seleciona as localidades em que consegue com mais facilidade reproduzir-se. Nessa situação, cria também o que se configura como avanço no desenvolvimento territorial, ao passo que dialeticamente coloca a diferença em relação aos demais em suas características, ou seja, é na forma qualitativa que podemos definir a diferenciação dos territórios como atrasados ou avançados. Configura-se, então, numa expansão crítica do capitalismo em que a diferenciação dos territórios apropriados pelo capital se torna aparência de um processo que precisa diferenciar as coisas. A ideia de igualdade em abstrato não consegue se estabelecer nos marcos da propriedade privada, na medida em que só pode ser vantajoso ter algo se alguém não o tem. Temos que trabalhar a ideia dos conceitos, mas também sua negação, já que se expressa nas duas formas, dadas as condições contraditórias as quais o capitalismo se estrutura.

Esta expansão crítica do capitalismo transforma, aos poucos, a consciência social numa consciência tipicamente moderna, capitalista. O antropólogo Bruno Latour (1994) discute sobre a constituição do sujeito da modernidade, que seria marcado pela separação deste da cultura. Dessa separação derivaria também a separação da ciência em disciplinas que não dialogam umas com as outras. Em outras palavras, as pesquisas científicas “não dizem respeito à natureza ou ao conhecimento, às coisas

---

<sup>1</sup> Termo de José de Souza Martins. Ver MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, p. 32, 1986.

em si, mas antes a seu envolvimento com nossos coletivos e com os sujeitos” (LATOURE, 1994). Desligar a ciência dos indivíduos que as produzem é aliená-la da realidade, tal qual a ideia de que é possível ter uma opinião imparcial ou ainda ser possível desenhar a realidade concreta a partir dos limites do papel, da escrita ou da linguagem.

Os processos sociais são parte do curso da produção científica, parte fundamental do processo dialógico que constitui a consciência do pesquisador. Na esfera da aparência é possível que o problema da camada de ozônio, por exemplo, seja uma questão natural, química, mas se desconsidera que é uma questão também social, resultado de um comportamento social advindo do modo de vida típico do capitalismo:

o buraco na camada de ozônio é por demais social e por demais narrado para ser realmente natural; as estratégias das firmas e dos chefes de Estado, demasiado cheias de reações químicas para serem reduzidas ao poder e ao interesse; o discurso da ecosfera, por demais real e social para ser reduzido a efeitos de sentido. Será nossa culpa se as redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso, coletivas como a sociedade? (LATOURE, 1994, p.12)

Nesse caso, natureza e sociedade não são mais do que uma coisa só. A ideia de dissociação entre uma e outra é estritamente capitalista. Nos isolar da natureza e transformá-la em outro é valer-se, assim, do olhar colonialista sobre ela para a dominação, usufruto sem estribearas. É importante a ideia de que seja algo diferente de si mesmo, para que assim consiga completar o controle sem que haja qualquer movimento no sentido de se reconhecer nela, transpondo o limite da mercadoria abstrata e observando como parte constituinte da realidade visível, parte da produção social de objetos, materialização do trabalho humano abstrato.

É nessa chave que se consegue interpretar a cidade como avanço do campo. A ideia de que “manipular a natureza” por meio das formas de produção típicas do campo é antiga só corrobora com a noção de que o capitalismo só se estabelece plenamente nos limites da cidade; o que não é verdade. Cada vez mais é possível perceber que o capital urbano-industrial não consegue efetivar-se nesses territórios e avança na direção da produção agrícola, criando um tipo de produção industrial que se parece muito com os moldes urbanos, porém em busca da mais valia distribuída sob a forma da renda da terra.

A modernidade seria, então, a superação do arcaico, do atrasado. Entretanto, nesta lógica, haveria um processo de diferenciação entre *avançado* e *atrasado* que não se configura na realidade dialógica que vivemos. O moderno seria “duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos” (LATOUR, 1994), assumindo assim o tempo como algo linear, decorrente de um curso lógico de acontecimentos em cascata, quando na verdade não passa de um momento no espaço vivido que podemos observar, sendo assim impossível entendê-lo como algo único, estático.

Ao mesmo tempo, deixamos de ter sido modernos, no pretérito, pois tomamos consciência, retrospectivamente, de que os dois conjuntos de práticas estiveram operando desde sempre no período histórico que se encerra. Nosso passado começa a mudar. Enfim, se jamais tivéssemos sido modernos, pelo menos não da forma como a crítica narra, as relações tormentosas que estabelecemos com as outras naturezas-culturas seriam transformadas. O relativismo, a dominação, o imperialismo, a má-fé, o sincretismo seriam todos explicados de outra forma. (Latour, 1994, p.16)

Latour apresenta uma perspectiva de que a modernização do capitalismo estaria envolvida pelo caminho de sua destruição, o socialismo. Utiliza o caso da Revolução de 1917 na Rússia – mas principalmente na sua dissolução, simbolicamente marcada pela derrubada do Muro de Berlim em 1989 – como crise da consciência moderna na medida em que representa a tentativa de superação da exploração do homem pelo homem, mas que não consegue se estabelecer nos seus próprios paradigmas. Nesse caso, para além da crítica ao que se entende como superação do capitalismo pelas suas próprias contradições, devemos atentar-nos à crítica ao stalinismo e à política de socialismo num país só, baseada nos ideais de nação desenvolvidos durante os últimos anos da URSS no interior das direções do PC russo.

Entretanto, a aparente vitória do Ocidente no que se chama Guerra Fria é apenas o prenúncio do futuro que acredita dominar completamente a natureza, sem a interferência do outro, neste caso o socialismo. Vejamos que o outro aparece sempre enquanto algo que precisa ser superado, dominado, derrotado; a consciência capitalista tenta se estabelecer pela relação de igualdade entre as partes, mas só consegue se estabelecer a partir da garantia da propriedade daqueles que tem, em detrimento dos que não, se diferenciando das massas desprovidas dos meios de

sobrevivência e reprodução social. Entretanto, precisam construir recursos narrativos que justifiquem a diferenciação, mesmo que muitas vezes seja apenas pela forma jurídica, gerando uma aparência de igualdade. Nesse caso, apenas se configura como direito de vender sua força de trabalho por salários irrisórios, em função da expropriação do seu suor pelos patrões, igualmente privados do direito de explorar indiscriminadamente. É nessas relações de trabalho assalariado que mora o cerne da produção do valor, da expropriação da mais valia.

## **1.2 – Crise da geografia e crise capitalista: algumas considerações**

O que se apresenta como crise da geografia enquanto disciplina é reflexo da crise econômica e social a qual estamos vivenciando, aparecendo para nós na forma de desigualdades socioespaciais, desequilíbrio ecológico, desigualdades regionais etc. Não é possível tentar interpretar a produção do espaço geográfico sem discutir os sujeitos envolvidos nessas relações com ele, nesse caso a geografia que se compromete a fazer uma crítica social precisa se envolver no debate sobre a crise capitalista, já que ela é estruturante dos modos de sobrevivência dos indivíduos na sociedade de classes.

Contudo, a geografia como ciência também pode ser cooptada aos caprichos do capital, podendo ser usada como recurso para a dominação, o colonialismo e o imperialismo. É importante lembrar que a ciência geográfica nasce neste contexto de dominação territorial, portanto é indispensável pensá-la numa perspectiva crítica que consiga ser comprometida com os interesses da sociedade e não somente resultado dos desejos das classes dominantes.

No contexto da divisão social do trabalho, há uma diferenciação entre os indivíduos que possuem seus meios de sobrevivência dos despossuídos, gerando uma relação aparente de dependência dos que não têm com os possuidores dos meios de reprodução do capital. É daí que surge a divisão das classes como conhecemos hoje e é nesse contexto que se solidifica a classe burguesa por meio da legislação, do Estado, que tenta mediar a contradição da acumulação. É importante para a burguesia manter uma aparente igualdade jurídica, mas é nessas bases que se fixa a contradição da realidade, já que não existe uma única métrica no sistema judiciário e isso também é aparência contraditória do capitalismo.

Diante disso que se diferencia o trabalho material do intelectual, uma vez que no capitalismo as funções de liderança – que são consequência da organização das

peças em grupos para alguma ação específica – se fixam não pelo talento dos indivíduos na função determinada, mas sim no poder político da classe dominante<sup>2</sup>. É a tentativa das classes dominantes permanecerem no controle dos paradigmas sociais.

Porém, na leitura da obra de Karl Marx feita por intelectuais como Mandel<sup>3</sup> e Roberts<sup>4</sup>, o único trabalho que produz valor é o trabalho realizado por pessoas, o capital variável e não o fixo, sendo assim, a reprodução do capital está ligada ao movimento de expropriação do trabalho do trabalhador pelo capitalista. O aumento da composição orgânica do capital é um fator que conflui para a queda da taxa de lucro, apontada por eles como a lei do colapso do capitalismo.

A crise do capital é, nesse sentido, apenas a efetivação da lógica capitalista da acumulação, ratificada por documentos assinados por lideranças de todo o mundo, como veremos a seguir no texto, quando tratarmos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O colapso do capitalismo está, então, contido nele mesmo e nas suas formas contraditórias de fixação nos diferentes territórios. A vida cotidiana não consegue mais se reproduzir a partir dos mesmos paradigmas, visto que o desenvolvimento das forças produtivas realiza uma dispensa de trabalho em grande escala em busca de fatias cada vez maiores da mais valia socialmente produzida. O trabalho aparece enquanto empecilho para a acumulação por parte dos capitalistas, ao mesmo tempo que precisa se constituir para que a mercadoria seja realizada no fim do processo produtivo. De nada servem toneladas de mercadorias produzidas se não conseguem ser vendidas, o mercado precisa dos consumidores, mas estes estão cada vez menos possibilitados de cumprir sua função no fim do processo produtivo.

É aí que o capital financeiro aparece enquanto alternativa para a reprodução do capital em esferas produtivas, na ideia de que elas produzam no futuro. Se baseia na expectativa de produção e não na sua efetivação. É a forma que o capitalismo tem de conseguir circular o capital e manter a aparente harmonia do capital internacional. Porém, esta ideia é consequência do movimento do capital que dispensa trabalho sempre que possível, então apenas faz com que o capital tenha que circular a todo momento em busca da produtividade e à revelia do desenvolvimento das forças produtivas, que na esfera da circulação acaba por beneficiar os capitalistas que

---

<sup>2</sup>Ver LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Tradução de William Lagos. Porto Alegre, L&PM, 2009.

<sup>3</sup>Ver MANDEL, Ernest. **O Capitalismo**. Ernest Mandel Archives Internet, 1981.

<sup>4</sup>Ver ROBERTS, M. Monocausalidade e teoria da crise: uma resposta a David Harvey. *Geografares*, [S. l.], n. 28, p. 36–54, 2019

produzem mais mercadorias com menos trabalho humano materializado, ao passo que prejudica aqueles que produzem com mais trabalho humano, menor composição orgânica do capital e mais capital variável em forma de salário.

Assim, podemos dizer que a crise do capitalismo é histórica, mobiliza o desenvolvimento do capital. Os momentos de ascenso são a aparência de recuperação, mas não se configuram como superação da crise de acumulação. Nesse sentido, as contratendências à lei da queda da taxa de lucro aparecem como uma força que retarda a crise, mas não a soluciona. O fim do capitalismo está condicionado a uma mudança nas formas de organização do trabalho e a consequente aniquilação das classes sociais, transformando a produção das mercadorias às necessidades da sociedade e não da acumulação indiscriminada.

## **2 – A CEPAL e a Teoria Marxista da Dependência**

### **2.1 – ONU e o pressuposto da acumulação na Declaração Universal dos Direitos Humanos**

Ao falar de CEPAL ou do pensamento cepalino é importante destacar que a Comissão Econômica para América Latina e Caribe é diretamente relacionada à formação da Organização das Nações Unidas e diz respeito aos seus interesses, ou seja, é fruto das discussões do capital internacional por meio de seus representantes nos Estados Nacionais. A ONU surge num contexto pós-guerra e vem para mediar conflitos internacionais a partir da sua própria métrica. É a ONU que define os parâmetros de democracia e paz, por exemplo, e é nessa régua que consegue enquadrar regimes autocráticos como locais que estão num momento de paz e que são bons para investidores internacionais, mesmo que sejam países com diversos conflitos étnicos provenientes das desigualdades sociais forjadas por anos de colonialismo – como é o caso de Ruanda.

A crise sanitária que vivemos desde o início da pandemia pelo COVID-19 em 2020 é um exemplo claro do poder que a ONU tem em conseguir impor políticas internacionais, nesse caso na área da saúde por meio da Organização Mundial da Saúde. É com a ONU que as nações imperialistas conseguem pôr em prática políticas, em escala global, por meio de sua estrutura estatal, bélica e pelas empresas transnacionais.

Dito isso, numa olhada rápida na Declaração Universal dos Direitos Humanos conseguimos fisgar diversas contradições capitalistas ratificadas pela ONU e que representam apenas perdas para a população em todo o mundo, em função da burguesia nacional e internacional: no Artigo 17, por exemplo, podemos ler que “todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros” mas nessa afirmação não levam em conta que em 1948, quando a carta foi publicada, os territórios por todo o globo já tinham seus donos, consolidados por anos de colonialismo e imperialismo dos países europeus sobre as outras nações.

O primeiro artigo diz que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”, mas esquece que uma pessoa nascida em família pobre na América Latina não é igual a uma pessoa que é de uma família



de colonos do mesmo lugar, pois partem de bases materiais e históricas (de sobrevivência) diferentes, em que a um deles é dado o direito pleno ao seu “direito à propriedade” enquanto ao outro resta “direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho” (Artigo 23) ao mesmo tempo em que conseguimos apontar taxas de desempregos altíssimas fruto de crises econômicas constantes a que somos submetidos em várias partes do planeta.

A criação da ONU e a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos é o prenúncio do último momento de crescimento do capitalismo a nível global: o período ascendente da economia norte-americana nos anos 50 juntamente à reconstrução das potências da Europa Ocidental no pós-guerra, além da consolidação da URSS enquanto potência econômica, sendo vista enquanto “segundo mundo”, dentro da lógica dualista entre capitalismo e socialismo e a ameaça comunista ao monopólio do capitalismo e manutenção desse sistema produtivo a nível global.

No fim, conseguimos perceber que a “narrativa dos direitos humanos” parte do pressuposto básico de que não somos iguais, porém é pelo direito (pelo sistema jurídico, as leis e ao aparato legal) que conseguiremos superar estas contradições, ao mesmo tempo que reforçam paradigmas da acumulação capitalista. Não é possível garantir que todos tenham propriedade, se esse movimento acumulativo surge da expropriação de outros indivíduos ou sociedades. Alguém precisa perder para que outros achem.

É possível identificar nessas ideias similaridades com o pensamento hegeliano no que diz respeito à superação dos opostos por meio da democracia, do direito, na obra Fenomenologia do Espírito (1992). O movimento da consciência caminharia no sentido da minimização das contradições e não da aniquilação delas, já que isso não é possível dentro dos paradigmas de acumulação capitalista e da tendência que o capital tem de se acumular em poucas mãos e desenvolver-se em monopólios.

A CEPAL veio pra pensar nos modelos de importação e exportação da América Latina, ou seja, tentar modificar o local dos países latino-americanos na divisão social do trabalho, tentando substituir as importações:

se inicia pela substituição de importações de produtos de consumo, sobretudo de elite, que logo se vêem saturados. Mas nos anos 40 a substituição de importações se orienta para os bens de consumo durável e somente numa última etapa, já na década de 60, começa uma substituição no setor de maquinarias. (DOS SANTOS, 1998, p.69)

Ela também nasce no contexto em que há interesse mundial na cooperação, neste caso entre as nações ditas “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento” da América Latina, mas que se mostrará enquanto tendência, mais claramente, com a criação da União Europeia ou o Mercosul, por exemplo. Resta a nós conseguir entender a partir de quais paradigmas os pensadores da CEPAL partiram para pensar o desenvolvimento econômico latino-americano. Há muitas contradições entre estes pensadores e este texto tenta trazer alguns debates sobre o que se identifica enquanto uma perspectiva chamada por muitos de “Teoria Marxista Da Dependência” ou “neo-marxista”, dadas aproximações com a obra de Karl Marx e as leituras dos textos dele por alguns desses intelectuais.

É inegável a contribuição dos teóricos da dependência para o debate do desenvolvimento a partir da ótica da periferia. Antes deles, a maior parte dos trabalhos nessa temática tinham como ponto de partida a Europa e acabava deixando escapar pontos de contradição do capitalismo internacional que entraram em discussão a partir dos trabalhos desses intelectuais. Dentre eles, destaco André Gunder Frank, tido por muitos como precursor do que se desenvolveria futuramente enquanto Teoria Marxista da Dependência.

## **2.2 – Origens dos estudos sobre a dependência e o caso latino-americano**

Podemos assinalar como referência nos estudos sobre a dependência Rosa Luxemburgo<sup>5</sup> e Vladimir Lênin<sup>6</sup>. Foram responsáveis por elaborar contribuições relevantes sobre a situação de dependência da economia russa a partir da ideia do imperialismo inglês. Conseguiram observar também a tendência do capital acumular-se em monopólios, já que experienciaram o movimento do capital internacional no final do século XIX, início do XX e, nesse contexto, pensaram a situação da Rússia em posição de centralidade em relação ao centro do capital mundial.

Porém, estas referências estão no invólucro da história europeia, mesmo que digam respeito a situação de marginalidade da economia russa em relação à Europa Ocidental. No caso latino-americano podemos destacar as contribuições de José Carlos Mariátegui<sup>7</sup>, marxista peruano que dialogava a história da América Latina com

---

<sup>5</sup>Ver: LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Editora José Olympio, 2021; LUXEMBURGO, Rosa. A revolução russa. Vozes, 1991.

<sup>6</sup>Ver: LENIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular). In: Obras Escolhidas, São Paulo: Alfa Ômega, vol. 1, 1986.

<sup>7</sup>Ver: MARIÁTEGUI, J C. Defesa do Marxismo. São Paulo: Boitempo, 2011

a da Europa, entendendo o papel de dominação da segunda em relação à primeira e enxergando as duas histórias em paralelo, não apenas numa lógica em que a América era o atraso da Europa, mas que a história americana se constituía ao mesmo tempo que a história europeia. Sobre isso, Ramón Grosfoguel escreveu que esta foi

a primeira tentativa latino-americana de romper com a negação da coetaneidade dentro da tradição marxista. Ao invés de caracterizar formas de trabalho semifeudais como parte de um modo de produção 'atrasado' e 'subdesenvolvido', Mariátegui conceitualizou-as como produzidas pelo sistema capitalista internacional. Nesta conceptualização, as formas semifeudais não são um residual do passado, mas uma forma de trabalho do atual sistema capitalista mundial. (GROSFOGUEL, 2018, p.11)

Nesse sentido, reconhece que é típico da ideologia da modernidade, que remonta do iluminismo, a ideia de que algo novo é necessariamente bom e indica progresso, evolução. O evolucionismo aparece enquanto fenômeno da modernidade e se caracteriza pela noção de que a ciência é melhor que a religião e traz a luz, tira o atraso. No contexto periférico latino-americano, Grosfoguel (2018) interpreta que as ideias iluministas foram apropriadas pelas elites crioulas espanholas no final do século XVIII, que as adaptaram à sua própria agenda de desenvolvimento nacional.

Geralmente os líderes nacionais na América Latina faziam o que era mais vantajoso baseado nos fluxos dos mercados internacionais, ou seja, se num determinado momento era interessante produzir para exportar, assim o faziam; quando não, retornava-se à produção interna e assim tentavam driblar as crises econômicas do mercado internacional<sup>8</sup>.

Corroborando com a ideia que já foi discutida anteriormente neste texto, sobre a diferenciação territorial e a dominação europeia, Ramón comenta:

A negação da coetaneidade criou um duplo mecanismo ideológico. Primeiro, ela escondeu a responsabilidade europeia na exploração da periferia latino-americana. Ao não compartilhar o mesmo tempo histórico e existir em diferentes espaços geográficos, o destino de cada região foi concebido como não relacionado com o de outra. Em segundo lugar, viver diferentes temporalidades, onde a Europa estava em um estágio de desenvolvimento mais avançado do que a América

---

<sup>8</sup> Em seu texto, Ramón Grosfoguel utiliza o exemplo da Argentina nos anos 70 do século XIX e resgata ideias de Vicente Lopez. Para ele "a originalidade de seus argumentos estava em articular uma política econômica em apoio a um projeto de industrialização nacionalista na periferia da economia mundial e identificar as relações com a Inglaterra como parte da fonte do subdesenvolvimento da Argentina" (p.7). Ver mais em GROSFOGUEL, R. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. *Realis (Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais)*. Vol. 3, n. 02, jul- dez 2013.

Latina, reproduziu uma noção de superioridade europeia. (GROSFOGUEL, 2018, p.4)

O que nos leva a discussão sobre a CEPAL, liderada por Raúl Prebisch, economista argentino, e primeiro diretor da comissão. Foi uma liderança teórica no que se desenvolveu como a primeira escola de pensamento econômico na periferia, conhecida mundialmente como a escola CEPAL-Prebisch. Foi dessa escola, tida por muitos como estruturalista, que remonta a origem do que se conhece como Teoria da Dependência. Ramón (2018) analisa que o surgimento da escola da dependência decorre de três eventos importantes da década de 60 do século XX:

1. a crise da estratégia de industrialização por substituição de importações na América Latina;
2. a Revolução Cubana;
3. a concentração de uma importante geração de intelectuais de esquerda exilados em Santiago devido à onda de golpes militares que começou em 1964 com o golpe brasileiro.

Em seguida, discorre sobre o que caracterizaria a diferença entre o pensamento cepalino e o da escola da dependência: “para o primeiro, o desenvolvimento nacional autônomo poderia ser alcançado dentro do capitalismo, enquanto que, para o último, não poderia ser alcançado no sistema-mundo capitalista” (GROSFOGUEL, 2018), ou seja, se identifica um etapismo similar, porém em uma das perspectivas assume o capitalismo como fim da história e a outra parte encontra nele as condições objetivas da sua aniquilação. A questão aqui é que a história europeia é usada de métrica para as duas perspectivas, não ficando no plano da discussão a possibilidade de criação de algo novo.

A racionalidade capitalista desenvolvimentista contribui com a ideia de que o Estado pode racionalizar a produção das mercadorias no sentido da eliminação das desigualdades sociais, porém descarta a necessidade internacional de reduzir os custos com trabalhadores. Esse movimento fez com que as indústrias do centro do capital migrassem para a periferia da América Latina. Nesse caso, assume-se uma dependência tecnológica da periferia do capital com o centro, criando problemas na política de industrialização por substituição de importações, já que os itens de consumo eram produzidos no interior da América Latina, porém com tecnologia internacional importada. Nesse caso, se desenrola apenas como aprofundamento da

crise capitalista, ao passo que a própria elite latina cria seu subdesenvolvimento, aliada ao imperialismo europeu e norte-americano.

### **2.3 – Conceito de atraso e subdesenvolvimento na obra de André Gunder Frank**

Assim, para Teotônio dos Santos (1998), a Teoria da dependência surge a partir do esforço de compreender os limites do desenvolvimento econômico da sociedade latino-americana a partir da ideia de que a hegemonia dos grupos capitalistas já havia sido criada antes da possibilidade de dominação territorial da periferia do mundo globalizado.

Destaco, nesse momento, os nomes relacionados à corrente denominada por alguns autores como “neo-marxista” e por outros como Teoria Marxista da Dependência: Vânia Bambirra, Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank, ao qual me dedico mais intensamente nesse momento da exposição. Para compreender os conceitos de subdesenvolvimento e atraso utilizei as seguintes obras: “Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência”, “Capitalismo y subdesarrollo en América Latina” e “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Para Frank:

o subdesenvolvimento não é original nem tradicional e que nem o passado nem o futuro dos países subdesenvolvidos se parece em qualquer aspecto relevante com o passado dos países desenvolvidos. Estes nunca estiveram subdesenvolvidos. (FRANK, 1966, p.1).

Neste texto, ele elabora uma estrutura metrópole-satélite em que as condições objetivas do capitalismo geram diferenciações no território que satelitizam algumas regiões em função do que elas podem oferecer às suas respectivas metrópoles, isso em nível nacional, mas também em escala global. Um exemplo utilizado pelo autor é uma possível projeção de São Paulo (e o desenvolvimento do setor industrial, se tornando na época o maior da América Latina) enquanto metrópole, no seu artigo publicado na Monthly Review em 1966:

surge a questão de se esse desenvolvimento pode ou não libertar o Brasil do ciclo de desenvolvimento dependente e subdesenvolvimento que tem caracterizado suas outras regiões e a história nacional dentro do sistema capitalista até hoje. Creio que a resposta é negativa. [...] O

desenvolvimento da indústria de São Paulo não trouxe maior riqueza a outras regiões do Brasil. Pelo contrário, as converteu em satélites dependentes internos, descapitalizando-os e consolidando ou, inclusive, aprofundando seu subdesenvolvimento. (FRANK, 1966, p.5)

A tese é que as regiões satélites de metrópoles internacionais têm seu desenvolvimento comprometido em função das metrópoles em sua condição de desenvolvimento do subdesenvolvimento, ou seja, apenas aprofundam sua condição de subdesenvolvimento em nível planetário, mesmo que em nível nacional se configure enquanto metrópole. Se constrói então uma ideia de que as sociedades desenvolvidas absorvem dos seus satélites tudo que podem num movimento de acumulação próprio que aprofunda as desigualdades.

Para Theotônio dos Santos, outro teórico da Teoria da Dependência, é o “histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento” (DOS SANTOS, 1998, p.18). Assim, o movimento dialético do próprio capital forja uma história universal aparente em que existe uma linha reta de desenvolvimento, quando na verdade ele mesmo produz as diferenciações que categorizam alguns territórios enquanto atrasados, ao mesmo tempo em que desenvolve outros lugares e os transforma em centro do capitalismo global.

Em uma coletânea lançada em meados da década de 60, André Gunder Frank escreve sobre a situação brasileira no início da colonização que reverbera até hoje no nosso desenvolvimento:

de existir en Brasil hoy un rezago, arcaico, separado de nosotros por varias centurias, serian los restos de algo que la metrópoli europea implantó allí en el curso de su expansión capitalista [...] Pero lo que la metrópoli capitalista introdujo en Brasil no fue una estructura económica microsocia arcaica, sino, al contrario, la aún viva y creciente estructura metrópoli-satélite del capitalismo. (FRANK, 1965, p. 110)

Ou seja, diferente de outros teóricos brasileiros que afirmam a necessidade de uma revolução democrático-burguesa devido o “atraso feudal”, Frank parte do pressuposto de que, desde a gênese, o que ocorre no Brasil é a expropriação da mais-valia produzida aqui num movimento global de expansão capitalista. Em sua obra, Theotônio dos Santos disserta sobre a contribuição de Frank nesse sentido:

radical em seus enfoques ele vai declarar o caráter capitalista da América Latina desde seu berço. Produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, a América Latina surgiu para atender as demandas da Europa e se insere no mundo do mercado mundial capitalista. (DOS SANTOS, 1998, p.24)

O período açucareiro do Brasil, principalmente na capitania de Pernambuco, também é alvo de observação na obra de Frank e aparece enquanto desenvolvimento do subdesenvolvimento, dado o fato de que desde o início essa produção é fruto de uma necessidade e demanda do capital internacional em terras brasileiras, sendo, portanto, nada mais do que um desenvolvimento satelitizado. Portugal era um grande produtor de açúcar na Ilha da Madeira, mas rapidamente a produção brasileira toma corpo e supera essa última:

Los negocios estaban en manos de unos pocos propietarios de tierra e ingenios de azúcar y también de los comerciantes, la mayoría de los cuales no residía en Brasil y a menudo no eran siquiera lusitanos, sino holandeses. Todos estaban enteramente vinculados a la metrópoli y dependían de ella. La concentración de la riqueza en sus manos, el traspaso de buena parte de ella a la metrópoli, y la estructura de la producción, cuyos mayores beneficios derivaban de un solo producto exportable, condujeron a una escasa inversión en el país y a la importación de la metrópoli de máquinas para los ingenios y objetos de lujo para sus propietarios. Se fue impregnando así al satélite, a través de su incorporación al sistema capitalista mundial durante la prosperidad del siglo XVI. (FRANK, 1965, p.111)

Os holandeses chegaram a dominar metade da produção açucareira de Pernambuco, porém foram obrigados a desistir dela por pressão portuguesa e deslocaram sua produção para as Antilhas, onde conseguiram desenvolver a cultura. Após esse período, o açúcar, que valia muito, passou a perder cada vez mais seu valor de mercado, o que conseqüentemente transformou o território do nordeste brasileiro em uma região fadada ao subdesenvolvimento. A produção de gado e tabaco aumentou e se expandiu para regiões da Bahia, mas nunca conseguiu se colocar enquanto uma metrópole e também tinha sua produção totalmente dependente do mercado internacional.

Um ponto de atenção na obra do André Gunder Frank é que ele afirma inúmeras vezes que o trabalho indígena, ou “dos aborígenes”, em seu próprio termo, não era o ideal, que não eram bons trabalhadores, porém estudos mais recentes na área

mostram que até a expansão do setor da mineração no Brasil a maior parte dos trabalhadores escravizados eram indígenas e que o tráfico negreiro se intensificou justamente por conta da expansão do capitalismo brasileiro e da crescente demanda por trabalho no país. O trabalho escravo indígena só muda de caráter a partir das reformas pombalinas no século XVIII, que reafirmaram o indígena enquanto “bom selvagem”, baseado principalmente nas contribuições do filósofo Jean-Jacques Rousseau (2011) na sua obra sobre o contrato social.

Até esse momento existia uma diferença entre a visão dos colonizadores sobre os indígenas, os igualando aos negros e podendo assim escravizá-los, diferentemente dos jesuítas que não enxergavam nos povos originários “o mundo do pecado”. A crise na Igreja Católica com as Reformas Protestantes acentuou esse debate sobre o caráter das vidas indígenas que, para eles, se tornaram potenciais fiéis e que conseguiriam assim construir no Brasil um polo católico à revelia do que acontecia na Europa nesse período. Tentaram proibir o uso de trabalho indígena a primeira vez em 1570 com uma Carta Régia, mas apenas com a consolidação do comércio triangular que se efetivou o uso do trabalho escravo africano, aumentando assim exponencialmente a quantidade de trabalhadores diaspóricos no século XIX.

O novo mundo surge enquanto uma

economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação - que Marx considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista. (DOS SANTOS, 1996, p.25)

Esse local de economia associada à expansão do capital a nível global configura um atraso histórico brasileiro que se tenta superar com os planos econômicos da CEPAL no século XX. Porém, nesse momento, associado também à expansão imperialista norte-americana, que nos mostram o que seria o último momento de ascensão do capital mundializado:

economia americana incorporou o fordismo como regime de produção e circulação ao mesmo tempo em que a revolução científico-tecnológica se iniciava nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a extensão destas



características econômicas ao nível planetário (DOS SANTOS, 1998, p.17)

No Brasil temos o momento em que os interesses da indústria entram em conflito com a nossa história enquanto agroexportadores, então uma

articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. (DOS SANTOS, 1998, p.70)

A expansão do capital urbano-industrial para o que conseguimos identificar enquanto indústria no campo se materializa como um setor produtivo das monoculturas a partir de maquinário altamente tecnológico e se consolida na Revolução Verde como tentativa de uma reprodução do capital em outro ramo produtivo, esbarrando nas contradições capitalistas que se desenrolam a partir da queda tendencial da taxa de lucro por meio do desenvolvimento das forças produtivas.

Outra categoria que Frank utiliza em seus escritos é o conceito de imperialismo, muito influenciado pelas contribuições de Rosa Luxemburgo sobre o assunto. Ao falar do Japão, por exemplo, o destaca por ter sido um país que conseguiu exercer o imperialismo em países como a China e expropriar dela e de outros países asiáticos o que precisou para desenvolver o capitalismo dentro de seus limites nacionais. Além disso, também se soma o fato de o feudalismo ter conseguido se estabelecer em algumas regiões e assim traçou uma história parecida à da Europa Ocidental.

Portanto, podemos afirmar que Frank em sua obra constrói um raciocínio histórico em que a condição de subdesenvolvimento está associada ao movimento internacional de capitais e que não tem origem na contemporaneidade. A história do capitalismo é o retrato do desenvolvimento de um modelo produtivo delimitado a uma porção da Europa Ocidental e que consegue se aproveitar de elementos pré-capitalistas em todas as partes do globo para expropriação destes territórios em função da acumulação das nações que estão se industrializando na gênese do capitalismo. Essa expansão crítica acentua as desigualdades territoriais e as envolve pela divisão internacional do trabalho, que as subjeta ao papel de nações agroexportadoras.

Mesmo a industrialização que se pretendeu no início do século XX no Brasil, por exemplo, estava submetida às demandas internacionais, ou seja, já se colocava numa

posição de dependência do comércio internacional e, conseqüentemente, estão expostas a movimentos planetários que podem, em outro momento, comprometer essas mercadorias industriais a um valor que não consegue sustentar o sistema produtivo a ponto de estabelecer-se enquanto uma metrópole global. Essa diferenciação entre metrópoles e satélites também se dão em níveis nacionais, em um movimento de expropriação de satélites regionais por metrópoles regionais, que são satélites de metrópoles europeias ou norte-americanas.

Apresenta-se nos textos de Frank, portanto, a ideia de que a crise do centro do capital internacional é solucionada (ou deveria) na periferia. Nesse caso, observaríamos um deslocamento do capital do centro em direção à periferia na tentativa de se reproduzir em outros territórios, desconsiderando que a crise não é apenas do centro, mesmo que pareça. O capitalismo, como um todo, está no seu momento de apodrecimento, portanto, é no movimento da totalidade que se soluciona, não em níveis locais. É importante que consigamos perceber as diferenciações regionais, locais, porém apenas na perspectiva da coexistência dessas duas formas em sua relação crítica, em que não é possível apenas mudar o polo de investimento se, com o desenvolvimento das forças produtivas, esta aparente solução se demonstra como temporária. No fim do processo, apenas se muda o foco do incêndio, mas não se elimina nem o material inflamável nem o potencial incendiador.

### **3 – Teoria do desenvolvimento desigual e combinado: uma alternativa revolucionária**

#### **3.1 – A construção histórica do trotskismo e o racha da III Internacional Comunista**

O que se conhece hoje enquanto trotskismo decorre de anos de história da luta dos trabalhadores pelo mundo. No início do século XX, ficaram assim conhecidas as pessoas ligadas às ideias de Leon Trotsky, ex-menchevique que comandou o Exército Vermelho na tomada de poder dos operários da Rússia em 1917. Fica marcado como um dos maiores teóricos revolucionários pela sua contribuição em textos sobre o que foi o czarismo russo, pelo trabalho desenvolvido na Teoria da Revolução Permanente, pela crítica ao que se tornou a Internacional Comunista e a expansão da URSS.

Entre as revoluções de 1905 e 1917 as divergências entre Trotsky e Lênin diminuíram no que dizia respeito ao papel do campesinato russo na revolução socialista. Essa disputa no Partido Comunista era acalorada e dizia muito sobre a opinião das lideranças sobre as pautas do processo revolucionário e uma diferenciação entre os interesses de classe do campesinato e do proletariado. A análise da questão agrária russa é pertinente, pois o campesinato representava numericamente uma fração muito maior da população que os trabalhadores da cidade. Porém uma luta pelo campo aliada a interesse da classe trabalhadora era a única saída para as demandas do campo sem esbarrar nos limites da defesa da propriedade privada. Uma luta por um estado proletário apoiado pelos camponeses foi a virada na linha da Internacional Comunista, no III Congresso, que consolidou a tomada do poder pelos trabalhadores russos e o começo da construção do que viria a ser a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Desse debate surgem as ideias sobre o que caracterizaria atraso e avanço no curso da história do capitalismo. Sobre isso Lênin escreve:

A Rússia é um país camponês, um dos países mais atrasados da Europa. O socialismo não pode triunfar nela diretamente, prontamente. Porém, o caráter camponês do país, dado as imensas propriedades agrárias dos latifundiários da nobreza, pode, como o prova a experiência de 1905, dar a revolução burguesa e democracia uma extensão imensa; pode fazer da nossa o prólogo da revolução socialista mundial, uma etapa no meu caminho (LÊNIN, Obras Completas, vol. XIV).

A Revolução de 1905 foi o pontapé inicial do que Trotsky chama de Revolução Permanente, que é o processo histórico de reivindicações da classe trabalhadora para conseguir se emancipar da burguesia por meio da tomada dos meios de produção. Essa teoria é resultado de uma leitura da obra de Karl Marx feita por Leon Trotsky, dela deriva a ideia de desenvolvimento desigual e combinado das nações capitalistas e também como esse desnível no desenvolvimento faz parte de um processo global de expansão capitalista que só pode ser resolvido a nível internacional.

A teoria da revolução permanente deriva [...] da análise das revoluções de 1848 feita por Marx. O exame dos acontecimentos revolucionários de 1905 na Rússia fez com que Trotsky estudasse e aprofundasse os ensinamentos deixados por Marx e Engels sobre a Revolução Permanente que já havia esboçado antes da primeira Revolução Russa. (SACCHETTA, 1946, p.5)

Sobre a teoria de Trotsky, Lênin escreve:

Antes da revolução de 1905, Trotsky formulou uma teoria original e particularmente significativa hoje, a teoria da revolução permanente, segundo a qual a revolução burguesa de 1905 se transformaria diretamente numa revolução socialista que seria a primeira na série das revoluções nacionais. (Lênin, Obras Completas, vol.XIV).

Trotsky “interpreta o capitalismo em sua fase imperialista como um sistema internacional articulado por laços de dominação e dependência” (MANTEGA, 1982, p.143) e esses traços de dependência constituem um desenvolvimento desigual e combinado do território mundial e nacional sob o aspecto da produção capitalista e da divisão do trabalho. Essas diferenciações não são impeditivas do desenvolvimento das lutas operárias, pelo contrário, podem a qualquer momento “pular as etapas” na construção da dualidade de poder.

A distinção entre revolução burguesa e revolução proletária é o alfabeto. Mas depois de ter aprendido o alfabeto, aprendem-se as sílabas, que se compõe de letras. A história reuniu as letras mais importantes do alfabeto burguês com as primeiras letras do alfabeto socialista. [...] É absurdo dizer que não se pode saltar as etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução

considerada em seu conjunto, [...] nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária (TROTSKY, 1985, p.105)

E continua “a capacidade de reconhecer e utilizar esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar” (TROTSKY, 1985, p.105), uma clara crítica ao que vinha se desenrolando enquanto teoria do socialismo num país só.

As diferenças teóricas entre Trotsky e Stalin ficaram cada vez mais insustentáveis a partir da morte de Lênin em 1924. Aos poucos Trotsky foi afastado de posições políticas importantes no partido e as disputas internas do PC se materializaram no VI Congresso da Internacional Comunista em 1928 e a ideia do socialismo num país só ganhou força em todo o mundo, acirrando a disputa entre esta ideologia e o programa da Revolução Permanente.

Em uma carta para a revista Proletarskaia Revoliutsia, Stalin escreveu que “o trotskismo é o destacamento da vanguarda da burguesia contrarrevolucionária, que dirige a luta contra o comunismo, contra o poder e contra a construção do socialismo na URSS” (Obras Completas, t XIII, 1928, pp 84-102) e esse discurso de que Trotsky era uma figura inimiga da revolução levou a sua expulsão do partido em 1927.

A partir deste momento, o caso particular da Revolução Russa de 17 se tornou uma espécie de modelo clássico para as revoluções socialistas ao redor do mundo. O conceito de nação enquanto unidade territorial baseou a expansão do território soviético e impôs aos Partidos Comunistas de todo planeta uma linha política de aliança com as burguesias nacionais, em busca de uma revolução burguesa nacional que conseguisse concretizar um ideal de nação. A partir dessa condição objetiva da classe operária, decorreria o curso da história da luta dos trabalhadores, como se as experiências de dualidade de poder nunca houvessem existido fora desse molde russo.

### **3.2 – Etapismo e desenvolvimento linear: construção da nação na obra de Stalin**

A teoria do desenvolvimento desigual é um invólucro comum no pensamento de Stalin e Trotsky, porém, a adição da perspectiva de um desenvolvimento combinado que o segundo traz à luz mostra as diferenças que alimentaram a rivalidade entre os dois. Quando se nega o caráter dialético no desenvolvimento do capitalismo, se assume a ideia de que o subdesenvolvimento ou o atraso é um estágio anterior do desenvolvimento. O curso da história linear desenvolvimentista não se materializa na

realidade como nas teorias, como podemos ver no item anterior sobre a teoria da dependência.

O conceito e defesa da nação na obra “Marxismo e o Problema Nacional” de Josef Stalin são ponto de partida para a discussão sobre o que se entende enquanto programa da Terceira Internacional após a morte de Lênin. É nesse trabalho que ele desenvolve a ideia do que constituiria uma nação e como ela deveria se desenvolver no processo histórico. Ele elencou cinco traços que uma nação deveria carregar para que conseguisse se unificar enquanto Estado: a língua, o território comum/contínuo, uma economia única, uma comunidade de vida econômica e uma comunidade psicológica que se materializa na cultura.

É claro, pois, que não existe em realidade nenhum traço distintivo único de nação. Existe uma soma de traços distintivos, dos quais, comparando umas nações com outras, se destacam com maior relevo este (o caráter nacional), aquele (o idioma) ou outro (o território, as condições econômicas). A nação representa a combinação de todos esses traços, tomados em conjunto. (STALIN, 1946, p.19)

E continua,

É necessário salientar que nenhum dos traços distintivos indicados, tomado isoladamente, é suficiente para definir a nação. Mais ainda: basta que falte um só desses signos distintivos para que a nação deixe de existir. (STALIN, 1946, p.13)

Desta discussão decorre a diferenciação entre o “nacionalismo burguês” e o “nacionalismo dos grupos sociais de uma nação”. O primeiro tipo de nação desdobraria da união de diferentes frações da burguesia em torno de uma unidade econômica (nesse caso uma nação forjada), já o segundo seria fruto de uma aliança entre frações da burguesia com o campesinato e também operários da cidade e do campo, numa ideia de reprodução do movimento revolucionário de 1905, sem levar em consideração para esta formulação os diferentes contextos de desenvolvimento do território e da sociedade.

O modelo clássico se torna o do socialismo num país só, sem se aprofundar em processos que estavam acontecendo na Europa Ocidental no mesmo período, como a avanço do Nazismo na Alemanha, a Guerra Civil Espanhola ou as ideias de Mussolini na Itália. Alguns teóricos trabalham com a hipótese de que a política internacional da URSS teve forte influência no avanço de regimes autoritários de

caráter burguês e proletário na Europa e também na Ásia entre as décadas de 20 e 50 do século XX.

Sobre o desenvolvimento das nações no Oriente e Ocidente Stalin escreve que

enquanto no Ocidente as nações se convertem em Estados, no Oriente se formam Estados multinacionais, Estados formados por várias nacionalidades. (STALIN, 1946, p.22)

E no caso do Oriente, o

modo peculiar de formação de Estados só podia existir nas condições de um feudalismo não liquidado, nas condições de um capitalismo debilmente desenvolvido, em que nacionalidades relegadas a um segundo plano não tinham conseguido ainda consolidar-se economicamente para formar nações completas. (STALIN, 1946, p.23)

Nesse sentido, mesmo que se formassem os Estados no Oriente, estes estariam atrasados se comparados aos que se formaram na Europa Ocidental e, por isso, não conseguiriam transpor as barreiras da democracia burguesa sem a ela se aliar para sua própria revolução nacional. Parte daí a ideia de que “o processo de liquidação do feudalismo e do desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, o processo de agrupamento dos homens em nações.” (STALIN, 1946, p.22).

A ideia de atraso na obra de Stalin se faz presente quando se fala dos resquícios de relações pré capitalistas, já quando fala do capitalismo periférico assume-se que

a luta nacional é uma luta das classes burguesas entre si. Às vezes a burguesia consegue arrastar o proletariado ao movimento nacional, e então a luta nacional se reveste na aparência de um caráter popular geral, mas só na aparência. Na essência esta luta não deixa nunca de ser uma luta burguesa, conveniente e grata principalmente à burguesia. (STALIN, 1946, p.29)

Sendo assim, o curso dos acontecimentos seria advindo de uma revolução burguesa nacional, apoiada pelas massas de trabalhadores e camponeses, para somente depois, após a consolidação da democracia burguesa, pudesse transpor os limites do capitalismo e da acumulação. A ideia de que a democracia burguesa é importante para o desenvolvimento do socialismo é presente na obra de Marx, segundo leitura de Henri Lefebvre (2009), mas não de forma harmoniosa, tão somente resultado da tentativa de silenciar as massas e demonstrar uma aparente possibilidade de discussão ampla, democrática. Nesse caso, a burguesia “descobriu-se obrigada por força de sua própria ideologia a admitir a liberdade de opinião, de expressão, de pensamento ou mesmo de organização” (LEFEBVRE, 2009).

As democracias refletem compromissos instáveis e momentâneos entre classes, comportam direita e esquerda em batalha por poder. É o mesmo com a democracia proletária, com a diferença de que aqui a ideologia da classe trabalhadora não é escondida das classes anteriormente dominantes. Portanto, podemos afirmar que a democracia proletária comporta um Estado burocrático, porém deve visar, em perspectiva, a dissolução deste em função da organização social baseada nas habilidades.

O comunismo seria a “liquidação definitiva dessas sobrevivências e de seus prolongamentos” (LEFEBVRE, 2009), a transformação progressiva do Estado no período transitório, o desaparecimento da função política em caráter de exterioridade. As funções de gestão espontâneas deixam de ser monopólio da burguesia e passam a ser operadas pelos indivíduos mais capazes, em que “as próprias massas são convocadas a produzir esses indivíduos para compreender e preencher as engrenagens da sociedade e suas técnicas administrativas”.

Desse modo, a efetivação do estado soviético se deu no sentido da não superação das diferenciações das funções políticas e do restante dos trabalhos desempenhados pela população da URSS. Portanto, criou-se uma diferenciação social que forja algumas classes aristocráticas novas. Junta-se a isso o fato do regime ter se desenvolvido em autoritarismo, o que cria uma ideia de poder centralizado no estado que também seguiu a população em blocos apoiadores - que aparecem como polícia do pensamento, delatando os indivíduos ou grupos que agem ou pensam como oposição ao regime<sup>9</sup> - dos que querem fazer oposição às políticas soviéticas.

### **3.3 – O Programa de Transição e as pautas transitórias**

O Programa de Transição foi o texto que Trotsky escreveu para a fundação da Quarta Internacional e nele faz duras críticas ao stalinismo e à social-democracia russa. A ideia é discutir as estratégias para a construção da revolução socialista mundial e está intimamente ligado à Teoria da Revolução Permanente, pois discute o processo histórico de passagem do modo de produção capitalista para um estado de dualidade de poder por meio dos soviets e da conseqüente tomada do poder pelos trabalhadores apoiados pelos camponeses.

---

<sup>9</sup> Ideia retirada das elaborações de Hannah Arendt em *As Origens do Totalitarismo* (2013).



Para Trotsky, existem duas catástrofes principais as quais estamos submetidos enquanto classe trabalhadora no capitalismo: o desemprego e a carestia de vida. Para elas, ele apresenta o que seriam duas pautas transitórias às quais deveríamos reivindicar aos estados burgueses: escalas móveis de salário e trabalho. Para ele “o direito ao trabalho é o único direito sério que o operário tem numa sociedade fundada sobre a exploração” (TROTSKY, 2009, p.35), portanto, lutar por uma vida digna perpassa por empregar todos os trabalhadores e tornar o trabalho um direito de todo indivíduo. Aliado a isso, viria a reivindicação de escalas móveis de tempo de trabalho para que haja distribuição de horas de trabalho para todos e uma luta para que seus salários sejam reajustados com o aumento de preços das mercadorias, o que chama de escalas móveis de salário.

As lutas operárias não deveriam se restringir a pautas internas das fábricas, mas numa constante tentativa de integrar em movimentos de massa também os trabalhadores fora do processo produtivo. A ocupação de fábricas era uma demonstração da correlação de forças entre as classes, em que a classe operária toma para si os rumos daquele espaço e pode a partir daí criar os comitês de fábrica e os soviets, conseqüentemente o regime de dualidade de poder. Nesse sentido, os sindicatos não deveriam agrupar apenas os interesses dos trabalhadores empregados, mas lutar para e pelos que não estão diretamente ligados ao processo de produção das mercadorias.

Trotsky separa no mesmo grupo os proletários do campo e os da cidade como uma única classe unificada em seus interesses, enquanto os camponeses (sitiantes e pequenos proprietários) estão em outra, que seria uma “pequena-burguesia do campo”, com interesses mais próximos aos dos artesões e comerciantes da cidade. Essa divisão de classes abre discussão sobre os limites da luta no campo no que diz respeito ao reforço e reivindicações da propriedade privada e também no que Lênin e Trotsky entendem enquanto atraso no campo.

Para os países atrasados Trotsky dedicou um espaço especial no Programa de Transição e lá discute as tarefas do proletariado num contexto do imperialismo em que ele “e a marcha triunfal da revolução social não podem coexistir.” (LENIN, Obras Completas, vol. XV). Fica claro no programa que o imperialismo pressupõe que as potências econômicas da Europa Ocidental têm relação de dominação sobre suas colônias ou ex-colônias e isso determina um caráter combinado de desenvolvimento econômico entre estes polos.

Em primeiro lugar, traz a questão das independências enquanto projeto político para unir os trabalhadores (e em alguns casos cabe a união com frações da burguesia

também), mas, na ótica da Revolução Permanente, os proletários não devem se prender às reivindicações das classes médias ou burguesas, e sim pressionar pela dualidade de poder e retomada dos meios de produção.

O artigo “O Programa de Transição e a América” do professor Hector Benoit da Unicamp, publicado na revista Crítica Marxista, traz algumas questões pertinentes quanto a análise da categoria de atraso na obra de Leon Trotsky e como o Brasil poderia ser categorizado. Primeiramente ele diferencia o Brasil do que se pode interpretar enquanto países orientais ou de modo de produção asiático, pois a história destes não tem correlação com a história de colonialismo e as sociedades pré-colombianas que ocorreu nas Américas. Analisa a manutenção de algumas formas pré capitalistas enquanto vestígio de atraso, mas que apenas compõe a história do país em questão, sem paralisá-lo no tempo e na expansão crítica do capitalismo:

hoje, quando o capitalismo reina em nível mundial, não existem mais em estado puro modos de produção pré-capitalistas. Existem sim, sobrevivências, aqui e ali, de modos de produção anteriores ao capitalismo, zonas de negatividade que atuam de forma específica sobre esta ou aquela formação social específica. (BENOIT, 2004, p. 57)

O capitalismo mundial pressupõe desigualdade tanto na distribuição do capital como na produção do mesmo. Não é possível pensar em uma régua da história em que alguma etapa precise ser cumprida, mas sim que cada país está num passo diferente do seu próprio desenvolvimento – como desenvolvido pelo conceito de coetaneidade de Grosfoguel (2018) - e se diferencia dos outros por ter suas próprias contradições internas. A história universal se restringe ao fato das categorias históricas estarem no invólucro do capitalismo e da sua própria expansão crítica.

Sobre o socialismo num país só, Hector comenta que

o erro principal de Stalin [...] seria aquele de colocar essa transição contínua como interna em cada país. O que significa abrir um leque de centenas de transições justapostas, centenas de histórias nacionais paralelas. [...] Não pensava ele a continuidade dialeticamente relacionada com a simultaneidade [...] dissolvia qualquer história universal, suprimia o internacionalismo, realizando, de forma consequente a teoria do socialismo em um só país. (BENOIT, 2004, p.51)

Assim, podemos entender que o que se conhece enquanto trotskismo hoje é resultado da história do pensamento de Leon Trotsky, mas também da disputa entre duas correntes opostas no Partido Comunista, principalmente após a morte de Vladimir Lênin, que dizia respeito a toda a linha política de expansão da URSS e das demandas democráticas a nível nacional. Essa disputa está viva até hoje entre os comunistas e se apresenta principalmente em como se lê os regimes chineses, norte-coreanos e cubanos ou mesmo na legitimação ou não da IV Internacional.

Entramos aqui na discussão sobre a efetivação do socialismo e como ele seria uma etapa para o comunismo. Devemos pressupor que, no socialismo, existe uma diferenciação dos trabalhos desempenhados pelos sujeitos, em que alguns trabalhos são entendidos enquanto superiores a outros. Porém é importante que, aos poucos, consigamos minimizar essas diferenças e desmistificar o trabalho, fazer uma racionalização dele para que não seja a principal parte da vida desses indivíduos, mas uma dentre outras atividades necessárias. A necessidade substitui a lógica da acumulação e assim não é necessário que trabalhemos nos moldes capitalistas.

De nada adianta a ideia de democracia proletária se, no fim, ela trabalha em função da reprodução da sociedade capitalista. Não podemos analisar o caso da URSS como isolado do restante do mundo, mas apenas um momento em que coexistiram ideologias diferentes, porém na mesma lógica da modernização capitalista. A Guerra Fria apenas ratifica a igualdade nos princípios do que se chamava socialismo e o capitalismo, já que no fim era uma disputa, em abstrato, para determinar quem tinha mais poder e não o princípio do socialismo: constituir uma superação da exploração do homem pelo homem, destruir as classes sociais e a diferenciação entre os indivíduos. Conseguiríamos, assim, desenvolver as habilidades de cada um e não apenas reimprimir a função social dos indivíduos em funções políticas e burocráticas.

No fim, o burocratismo stalinista serviu apenas para demonstrar uma fragilidade do socialismo, que é justamente a de assumir a diferenciação entre os indivíduos. Isso não seria problema se houvesse por trás a real intenção de superá-las, porém aparecia apenas enquanto momento da história mundial de reafirmação desses locais de poder e de superioridade. Desenrolou-se num regime autoritário, em que nem os trabalhadores podiam discutir livremente os rumos da revolução, mas apenas seguir o barco dos que tinham a plena certeza de que aquele jeito de conduzir a política era o correto. É um retrocesso, se pensarmos que, em termos categoriais, a democracia burguesa pressupõe certa flexibilidade para a manutenção de uma aparente igualdade social e jurídica, ao passo que no regime stalinista essa ideia não existiu em sua efetividade, dada a situação da oposição ao regime.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, conclui-se que o texto é o encerramento de um processo investigativo ainda em andamento. As conclusões tiradas aqui não são definitivas, mas apenas o caminho do que se desenvolverá, nos próximos anos, na dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Os apontamentos da banca examinadora do projeto sinalizaram alguns caminhos possíveis para o desenvolvimento da argumentação sobre subdesenvolvimento da América Latina, em especial o caso brasileiro.

É necessário, num próximo momento, aprofundar as leituras sobre a história da Teoria da Dependência, suas conclusões e o desenrolar dela no que se conhece como Teoria do Sistema Mundo. A ideia, a seguir, é adentrar com maior dedicação a obra completa de André Gunder Frank e utilizar das contribuições de Trotsky e dos outros autores da Teoria Marxista da Dependência como contraponto às ideias de Frank, que abandonou a escola dependentista e fez a crítica aos próprios argumentos alguns anos depois.

Igualmente fundamental é compreender a relação dialética entre teoria e prática, visto que o marxismo foi utilizado como projeto político por dirigências de movimentos sociais e desencadearam em contribuições teóricas importantes para o desenvolvimento argumentativo deste trabalho. A relação simultânea entre as formas *avanzadas* e *atrasadas* no que diz respeito à relação campo-cidade, do mesmo modo, é imprescindível para assimilar o conceito do subdesenvolvimento.

Por fim, é valoroso questionar a ideia de desenvolvimentismo no trabalho dos teóricos dependentistas, assim como na obra de Trotsky e Stalin, bem como encontrar as diferenças teóricas entre a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, Teoria do Subdesenvolvimento e a crítica do valor presente em autores como Robert Kurs, que também ajudará a solucionar os momentos do texto em que se faz uma apologia ao trabalho, na forma de ontologia do trabalho concreto, ocultando assim o fetichismo que encobre o trabalho abstrato, social, que não é mobilizado pelo desejo, mas pela necessidade da sobrevivência do homem na sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Editora Companhia das Letras, 2013.

Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Nações Unidas”**, 217 (III) A, 1948, Paris, disponível em <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>.

BENOIT, Hector. **O programa de transição do Trotsky e a América**. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 18, 2004, p.37-64.

DA QUEBRADA, LINN. **pense & dance**. São Paulo: Linn da Quebrada, 2021. Disponível em <https://bityli.com/XQfdN> . Acesso em 20 de janeiro de 2022.

DOS SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da dependência: balanços e perspectivas**. 1998

FRANK, André Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. 1965. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/textos>

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. In: Montly Review, Nova York: Montly Review, vol. 18, nº 04, 1966.

GROSFOGUEL, R. **Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina**. Realis (Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColonias). Vol. 3, n. 02, jul- dez 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 1992.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre, L&PM, 2009.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)**. In: Obras Escolhidas, São Paulo: Alfa Ômega, vol. 1, 1986.

\_\_\_\_\_. **OBRAS COMPLETAS**, vol. XV e XIV

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Editora José Olympio, 2021;

\_\_\_\_\_. **A revolução russa**. Vozes, 1991.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo**. Ernest Mandel Archives Internet, 1981

MANTEGA, G. **Raízes e formação da economia política brasileira: a fase estagnacionista**. São Paulo: 1982. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MARIÁTEGUI, J C. **Defesa do Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2011

MARIE, Jean-Jacques. **O Trotskismo**. São Paulo: Perspectiva, 1990

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, p. 32, 1986.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. Annablume, 2011.

ROBERTS, M. **Monocausalidade e teoria da crise: uma resposta a David Harvey**. Geografares, [S. l.], n. 28, p. 36–54, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24382. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24382>. Acesso em: 6 ago. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Editora Companhia das Letras, 2011.

SACCHETTA, Herminio. **O Trotskismo**. In: "O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos". Campinas: Pontes, 1946

STALIN, Josef. **Obras Completas: Da Oposição**. Moscou, 1928.

\_\_\_\_\_ **Marxismo e o Problema Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1946

TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional**. São Paulo: Týkhe, 2009.

\_\_\_\_\_ **Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_ **O Imperialismo e a crise da economia mundial**. Textos sobre a crise de 1929. Sundermann: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_ **1905**. CEIP León Trotsky: Buenos Aires, 2006.

\_\_\_\_\_ **A história da Revolução Russa**. Senado Federal (conselho editorial): Brasília, 2017.